

Balcãs - As responsabilidades da Europa

Jacques Rupnik

O futuro do Kosovo e dos Balcãs depende tanto da solução que for encontrada para a questão albanesa como da evolução do pós-guerra na Sérvia. Mas é essencial que nenhum destes processos atrase a integração europeia das esforçadas democracias da Europa do Leste.

"Vamos espantar os governos europeus levando ao seu conhecimento um dado novo, que os crimes são crimes, que ao governo não é mais lícito que ao indivíduo ser assassino, que a Europa é solidária e tudo o que acontece na Europa é da responsabilidade da Europa, e que se há um governo que se comporta como um animal feroz, ele deve ser tratado como tal... Aquilo que as atrocidades na Sérvia põem em evidência, é que a Europa precisa de uma nacionalidade europeia, de um governo uno, de uma vasta arbitragem fraternal, de uma democracia em paz consigo própria".

Estas palavras não são de Javier Solana nem de Bernard Kouchner. Foram escritas em 1876 por Victor Hugo perante as sevícias então cometidas pelos turcos contra as populações sérvias. Constituem oportuna lembrança de que a atitude da Europa face aos conflitos e às violações dos direitos humanos nos Balcãs não é uma invenção recente.

A guerra de dissolução da Jugoslávia começou no Kosovo em 1989 e termina, também no Kosovo, em 1999. A crise do Kosovo está ligada à gestão de uma dupla herança: por um lado, a da desagregação do império otomano e das fronteiras albanesas (com a atribuição do Kosovo à Sérvia) e, por outro lado, a da desagregação da Jugoslávia comunista. Os ocidentais tentaram remediar o segundo problema, os albaneses do Kosovo o primeiro, e Milosevic nem um nem outro. O Kosovo fora o seu trampolim para o poder, mas veio a tornar-se o seu calcanhar de Aquiles.

Milosevic nunca leu Clausewitz, mas não deixou de aplicar constantemente a sua divisa central: a guerra é a continuação da política por outros meios. Há dez anos, quando o sistema comunista se desmoronou em toda a Europa de Leste, Milosevic compreendeu que podia explorar a questão nacional sérvia para perpetuar o seu regime. O Kosovo tornou-se, assim, nos anos oitenta, um pólo de união e de renascimento do nacionalismo sérvio e ainda um catalizador de uma estratégia de preservação do poder.

O destabilizador despertar dos nacionalismos na Jugoslávia propagou-se de sul para norte: da Sérvia (e do Kosovo) até à Croácia e à Eslovénia. A lógica da guerra propagou-se de norte para sul: da Eslovénia, em Junho de 1991, até à Croácia e depois, a partir da primavera de 1992, até à Bósnia, para voltar a regressar ao Kosovo, onde começou. A Sérvia de Milosevic estava no centro deste duplo processo sem ser por ele directamente afectada. Só a intervenção da NATO pôs termo a dez anos de guerra conduzida pelo regime de Milosevic, atingindo o coração da Sérvia. Pode criticar-se o seu carácter tardio ou a estratégia exclusivamente aérea, destinada a proteger os soldados ocidentais, mas não a urgência de pôr termo a dez anos de guerras feitas em nome do desígnio da homogeneização étnica de Estados. Os valores da Europa, além da credibilidade de uma política externa e de segurança comum, estavam em jogo.

Depois da guerra podem fazer-se as mais diversas observações sobre as perspectivas do futuro do Kosovo e dos Balcãs, assim como sobre os dez anos de guerra. Não se tratou de uma "guerra civil", mas de uma guerra contra os civis e a sociedade civil. Durante a Primeira Guerra Mundial, 80 por cento das vítimas foram militares. Na Segunda Guerra Mundial, metade das vítimas eram militares. Nas guerras da ex-Jugoslávia, 80 por cento das vítimas foram civis. Neste sentido, elas pertencem bem ao século XX, século criminoso em que mais vítimas morreram às mãos do seu próprio governo (Hitler, o Gulag, Pol Pot, etc.) que em consequência das guerras entre Estados.

No recente conflito desenrolaram-se, sem se cruzarem, duas guerras paralelas. Uma, do século XIX, levada militarmente a cabo pelo regime sérvio, para expulsar as populações albanófonas do Kosovo; e uma outra, do século XXI, pela aviação da NATO contra o regime de Belgrado. A não coincidência entre as duas guerras perturbou a opinião pública dos países membros da Aliança, não tanto pela moralidade dos objectivos da guerra, mas mais pela ambiguidade moral dos meios empregados. Nos Balcãs, as democracias ocidentais dispunham de uma formidável superioridade tecnológica, quanto à capacidade de matar, mas uma fraca capacidade de morrer. Tinham pela frente protagonistas locais com uma fraca capacidade de matar (quanto a armamentos), mas uma muito maior capacidade de morrer.

A intervenção das democracias ocidentais inaugura um período novo, marcado pela redefinição da soberania, o primado da legitimidade (tudo o que possa travar um crime contra a humanidade é legítimo) sobre a legalidade stricto sensu. A Europa constituiu-se contra a herança de Hitler e Estaline. Mas antes de proclamar a chegada de um novo "humanismo militar" europeu (segundo a expressão de Ulrich Beck), ou de ver a União Europeia (ou a NATO) como o braço armado da Amnistia Internacional, é conveniente considerar o carácter selectivo da sua acção e os meios usados (guerra com "zero mortos").

O futuro do Kosovo e dos Balcãs dependerá tanto da solução encontrada para a questão albanesa como para a questão sérvia. A imposição de um protectorado internacional no Kosovo (mas também indirectamente na Albânia e na Macedónia) é uma não escolha: subtrai-se o Kosovo à soberania da Sérvia sem aceitar a sua independência e a modificação de uma fronteira internacionalmente reconhecida.

Entretanto, a ideia de um Kosovo multiétnico afasta-se de dia para dia com a partida da grande maioria dos sérvios do Kosovo. Nesta óptica, o protectorado não é mais do que uma transição para a constituição de Estados-nação "homogéneos". É também uma forma de controlar a situação interna no plano da segurança, condição prévia para o regresso dos refugiados, mas também no plano político dos albaneses kosovares.

Durante uma década Ibrahim Rugova encarnou uma estratégia de resistência pacífica ao poder sérvio, sem obter o menor resultado político. O Ocidente só se preocupou verdadeiramente com o Kosovo quando se verificou uma evolução violenta, ou seja, com o nascimento, há dois anos, do UÇK. Ora, hoje a apreensão geral cresce precisamente com o significado político do que aparece aos olhos dos albaneses como uma vitória do UÇK.

As guerras não são certamente propícias à emergência do pluralismo político. Elas podem fornecer uma fonte de legitimidade a um novo poder político. Ora, o UÇK não é verdadeiramente uma união de maoístas de obediência "enverista" (Enver Hoxha), nem de islamistas em potência. A sua cultura política é (ironia da História!) essencialmente "titista", no sentido de que aquele que levou a cabo com sucesso uma guerra de libertação nacional se julga por isso investido de um poder político

para os próximos cinquenta anos. O protectorado internacional do Kosovo tem pois a dupla finalidade de garantir a segurança da região, face às forças armadas de Belgrado, e de preservar o Kosovo da hegemonia política do UÇK.

O outro aspecto do qual depende o futuro da região é, bem entendido, o pós-guerra da Sérvia. Durante dez anos, a Sérvia exportou a guerra sem directamente a sentir. Vukovar arrasada, Sarajevo bombardeada, o Kosovo "purificado" sem que a Sérvia e a população sérvia fossem confrontadas com as realidades da guerra. "Todos os sérvios num mesmo Estado", o slogan dos nacionalistas sérvios concretiza-se, mas não será na Grande Sérvia, mas numa Sérvia restringida, na qual se encontram hoje os refugiados sérvios da Croácia, da Bósnia e do Kosovo, como testemunhas do fracasso da política de Milosevic.

A guerra pode unir um povo atrás de um ditador e Milosevic, como Saddam, usou e abusou desta estratégia, mas a derrota pode também precipitar a sua queda. Para que tal aconteça é preciso que a derrota seja inequívoca e provoque uma ruptura clara com o antigo regime. Para usar uma analogia alemã, a Sérvia de hoje não é a Alemanha de 1945, quando a democracia e a desnazificação foram impostas do exterior pelos vencedores. Lembra mais a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial, na qual uma derrota ambígua ia alimentar o ressentimento, o síndrome de Weimar e depois o projecto de uma nova guerra. Será a oposição sérvia capaz de rejeitar os mitos fundadores do nacionalismo e determinar uma verdadeira ruptura com a era de Milosevic? Ou assistiremos, talvez, ao desenvolvimento de um processo de decomposição e de fragmentação capaz de levar a um confronto, ou até a uma guerra civil. Porque uma parte da oposição responsabiliza Milosevic por ter desencadeado uma guerra, que fez da Sérvia um pária da Europa, enquanto outra parte o censura por ter perdido. Milosevic, evidentemente, perdeu a guerra, mas mantém ainda o poder. O paralelo com Saddam é mais óbvio do que nunca.

Quanto à política da União Europeia para o Leste europeu, o pós-guerra nos Balcãs é marcado pelo seguinte paradoxo: a lógica de protectorado imposta na Bósnia e no Kosovo-Macedónia-Albânia, aproxima mais estes Estados desmoronados da União Europeia, do que os países da Europa Central, que consolidaram a democracia e esperam pacientemente a digestão das 80 mil páginas de regulamentos conhecidas sob a designação de aquis comunitário para poderem considerar um dia a sua adesão.

Uma das consequências imediatas da guerra, da urgência da gestão do conflito e da lógica do protectorado (o conflito pode também ser uma forma de "integração") seria então atrasar o processo de alargamento clássico à Europa Central. Pode, sobretudo, prejudicar países-charneira (Roménia, Bulgária, Lituânia, etc.), que não pertencem nem ao primeiro círculo do alargamento, nem ao dos "protectorados", ficando arredados da Östpolitik da União.

A menos que, pelo contrário, a nova situação nos Balcãs faça lembrar às elites do ocidente europeu que a História anda ainda mais depressa do que a própria política, a qual, por sua vez, anda mais depressa do que as instituições e que convém, sem dúvida, repensar o conjunto da política de alargamento a Leste da União Europeia. Dez anos depois, é mais que tempo de responder aos desafios da queda do Muro.